

Editorial

A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins, a partir do presente número, dá seus primeiros passos para o formato eletrônico. Anteriormente, a equipe editorial adaptou os textos para formatos digitais compactados, disponibilizando-os na página do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf na internet.

No momento atual, optou-se pela disponibilização do formato impresso em transição para o digital. Um novo formato para alçar novos voos. Este passo possibilitará que, nesses tempos de veloz tráfego de informações e disponibilidade de conteúdos por meio de suportes tecnológicos informacionais, a Revista Jurídica amplie seu público leitor e colaborador.

Desde 2008, temos trabalhado com a produção de conteúdos direcionados para o público interno do Parquet e escolas e centros de estudos dos demais Ministérios Públicos das unidades federativas. O passo agora dado amplia esse público para além dos grupos citados, direcionando-se também para profissionais das instituições parceiras, pesquisadores, acadêmicos de instituições de ensino superior e pessoas engajadas nas mais diversas organizações sociais que trazem a preocupação de produzir e difundir conhecimento sobre o Direito e suas interfaces com as diversas áreas do conhecimento.

A mudança gradual de formato proporcionará grande economia de recursos públicos e permitirá a leitura através de qualquer dispositivo eletrônico. Busca-se o aprendizado suficiente para atender aos mais elevados padrões editoriais para revistas jurídicas, facilitando, outrossim, a submissão de artigos para publicação e permitindo que os textos tenham alcance e difusão muito maior do que no formato impresso.

Cuida-se de passo indispensável para que, no futuro, a Revista Jurídica do Ministério Público do Tocantins seja classificada e estratificada no sistema de avaliação de periódicos brasileiro e indexada junto àquelas publicações internacionais de comunicação científica, contribuindo para maior divulgação da produção jurídica tocantinense e nacional.

O periódico, a partir de agora, abre-se mais para textos de colaboradores externos tanto em âmbito regional quanto nacional e internacional, propondo reflexões de relevância no pensamento jurídico.

Na presente edição contou-se com a colaboração de Maria Cotinha Bezerra Pereira, que incursionou sobre uma temática pouco trabalhada no seio do Parquet estadual, com “Abordagens iniciais no âmbito jurídico sobre a segregação criminal contra a população negra” e, como tal, espera-se que seja apenas o início das contribuições da autora e demais pessoas que se debruçam sobre o assunto.

A experiência de atuação vivida em tribunais do júri foi resgatada historicamente e trazida, textualmente, por Ricardo Vicente da Silva em “As teses de defesa no tribunal de júri: erro de tipo e o erro de proibição”. Com respeito às reflexões sobre pessoas com deficiência, Felipe Schmidt contribuiu com o texto “Pessoas com deficiência: breves notas sobre sua terminologia, seu conceito jurídico e sua disciplina constitucional no Brasil”. Géssica Hellen Gomes Fernandes escreveu sobre “O Instituto da Prescrição sob a ótica das ações de ressarcimento ao erário” e Juliana Silva Marinho Guimarães discorreu com uma “Proposta para a prática da mediação de conflitos pela Constelação Familiar na esfera judiciária tocantinense”.

Enriquecem a Revista as contribuições dos convidados Antonio Henrique Graciano Suxberger e Dalbertom Caselato Junior, com o texto “Efetividade e eficácia da colaboração premiada como chaves de compreensão para limites da ação judicial”; Renee do Ó Souza escrevendo sobre “Solução negociada na lei de improbidade na proposta do pacote anticrime”. Conta-se também com os artigos de Roberto Carlos Vilchez Limay, trazendo aspectos sobre a lavagem de dinheiro no Peru com os escritos “La figura delictiva del autolavado de activos em el ordenamiento juridico-penal peruano”, e de Rute Saraiva, desde Lisboa, com “Os novos litígios climáticos (e o discurso dos Direitos Humanos)”.

Agradecemos a todos os autores que trouxeram para a Revista textos relevantes, capazes de gerar a reflexão, o aprendizado e impactar a atividade do Ministério Público.

Desejamos uma boa leitura a todos.

Octahydes Ballan Junior
Promotor de Justiça
Coordenador do Cesaf